

Declaração de retificação n.º 371/2015

Faz-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal de habilitação ao grau de consultor, aberto pelo aviso n.º 9295-A/2012, publicado no *Diário da República* n.º 130, de 6 de julho, foi por deliberação de 27-04-2015 do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., autorizada a alteração da constituição do Júri n.º 5 de Radiodiagnóstico — ARS Norte, RA Madeira e RA Açores, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 13 de agosto, através do Aviso n.º 9262/2014, alterada pelo Aviso n.º 14032/2014, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242, de 16 de dezembro, nos seguintes termos:

Onde se lê:

«[...]»

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dra. Adelaide Abreu — Assistente Graduado — Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE

2.º Vogal — Dra. Fernanda Maria Alves dos Reis — Assistente Graduado — Centro Hospitalar do Porto, EPE

[...]»

deve ler-se:

«[...]»

Vogais suplentes:

1.º Vogal — Dra. Adelaide Abreu — Assistente Graduado — Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE

2.º Vogal — Dra. Margarida Vitória Pestana Pinto de Gouvêa Rocha Almeida — Assistente Graduado Sênior — Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE

[...]»

28 de abril de 2015. — A Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral, *Manuela Carvalho*.

208619181

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.**Aviso n.º 5468/2015**

Após homologação por deliberação de 30 de abril de 2015 do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., torna-se pública a lista de classificação final dos candidatos ao procedimento simplificado para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de Assistente de Urologia da Carreira Especial Médica, aberto pelo Aviso n.º 1572-B/2015, Ref.º B23, publicado no *Diário da República*, parte C, 2.ª série, n.º 28, de 10 de fevereiro de 2015:

1.º Pedro Samuel Pereira Dias: 18,46 valores

4 de maio de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

208623952

Aviso n.º 5469/2015

Após homologação por deliberação de 30 de abril de 2015 do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., torna-se pública a lista de classificação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para preenchimento de cinco postos de trabalho, na categoria de Assistente de Cardiologia, da Carreira Especial Médica, aberto pelo Aviso n.º 199/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2015:

1.º Joana Mendonça Guardado: 16,4 valores

2.º Pedro Manuel Roçadas Lourenço Gomes: 15,3 valores

3.º Tiago Emanuel Godinho Rodrigues Teixeira: 15,15 valores

4 de maio de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P. *José Manuel Azenha Tereso*.

208623896

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.**Contrato (extrato) n.º 358/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que em 01 de outubro de 2014, na sequência de procedimento concursal aberto

pelo aviso (extrato) n.º 7329/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118 de 23 de junho de 2014, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., representada pela Dra. Célia Maria Ferreira Tavares Cravo, na qualidade de Vogal do Conselho Diretivo e Priscila Gomes Raposo dos Santos Pereira, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 01 de outubro de 2014, ficando esta trabalhadora com a remuneração de 2746,24€, em regime de 40 horas semanais, integrada na categoria de assistente da carreira especial médica, área de medicina geral e familiar, e colocada no Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Central.

23 de janeiro de 2015. — A Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I.P., *Dra. Célia Maria Ferreira Tavares Cravo*.

208620339

Inspeção-Geral das Atividades em Saúde**Despacho n.º 5188/2015**

Nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, nomeio a Lic. Elizabet da Conceição Pires Fernandes no cargo de Chefe de Divisão de Sistemas de Informação e Processos, em regime de substituição, com efeitos a 1 de maio de 2015, por possuir o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos do serviço, sendo dotada das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do cargo, de acordo com a nota curricular anexa.

06.05.2015. — A Inspetora-Geral, *Leonor Furtado*.

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Elizabet da Conceição Pires Fernandes

Nacionalidade: Portuguesa

Naturalidade: Pangim, Goa, Índia

Data de Nascimento: 03 de janeiro de 1953

2 — Formação Académica

Mestrado em Relações Interculturais (mediação), Universidade Aberta;

Especialização em Relações Interculturais, Universidade Aberta;

Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Francês/Inglês, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Curso de Língua e Cultura Italiana (Instituto Italiano de Cultura em Lisboa).

3 — Atividade Profissional

Técnica superior do quadro da Procuradoria-Geral da República;

Assessora tradutora para o Agente Português junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem;

Coordenadora da Unidade de Relações Públicas e Internacionais da Direção Geral de Reinserção Social;

Assessoria de imprensa na Direção-Geral de Reinserção Social;

Membro da Delegação Portuguesa na Eurojust (Unidade UE de Combate à Criminalidade Organizada Transnacional, na Haia);

Assessoria a vários Secretários da Procuradoria-Geral da República; Tradutora-correspondente-intérprete da Procuradoria-Geral da República;

Secretária pessoal de membros de vários Governos;

Ingresso na Administração Pública em Agosto de 1976.

4 — Competências e Aptidões Sociais

Membro eleito do Conselho Fiscal da AAAIO;

Colaboração regular com o Banco do Voluntariado de Lisboa;

Participação no Grupo de Trabalho Meninos em Risco na EB2 Pedro D'Orey da Cunha;

Participação em reuniões para lançamento do Programa "Escolhas" para prevenção da criminalidade e inserção de jovens dos bairros vulneráveis;

Membro eleito de associações de pais e de trabalhadores;

Participação em variados seminários e conferências sobre cidadania, minorias, exclusão social, mediação de conflitos comunicação intercultural, prevenção do abandono ed a violência em meio escolar;

Organização de seminários e eventos nacionais internacionais.

208623109

Despacho n.º 5189/2015

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada na Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, autorizei por meu despacho de 20/04/2015 o pedido de cessação da comissão de serviço, em regime de substituição, do Chefe de

Divisão de Apoio Administrativo e Planeamento, Lic. António Alberto Coelho Gil, a partir de 01/05/2015.

06.05.2015. — A Inspectora-Geral, *Leonor Furtado*.

208622972

Despacho n.º 5190/2015

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada na Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, autorizei por meu despacho de 20/04/2015 o pedido de cessação da comissão de serviço do Chefe de Divisão de Sistemas de Informação e Processos, Lic. Laudelino Américo Torres Ribeiro, a partir de 01/05/2015.

06.05.2015. — A Inspectora-Geral, *Leonor Furtado*.

208623052

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Aviso n.º 5470/2015

Por deliberação do Diretor-Geral de 24 de abril de 2015, e na sequência de procedimento concursal comum, foi autorizada a celebração do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho existente, na carreira/categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Comissão para a Dissuasão da Toxicod dependência (CDT) de Braga, com Carla Liliana Alves Coelho, com efeitos a 1 de maio de 2015, ficando a mesma posicionada na 2.ª posição e nível remuneratório 15, constante do anexo I ao Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho.

6 de maio de 2015. — O Diretor-Geral, *João Augusto Castel-Branco Goulão*.

208623725

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5191/2015

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) concluiu o procedimento concursal para o cargo de Subdiretor-Geral da Direção-Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e Ciência, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública consagradas no estatuto do pessoal dirigente;

Considerando que, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta de designação indicando três candidatos, entre os quais a licenciada Ângela Maria Roque de Matos Noiva Gonçalves, determino o seguinte:

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, designo a licenciada Ângela Maria Roque de Matos Noiva Gonçalves para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Subdiretora-geral da Direção-Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e Ciência.

2 - A síntese curricular da ora designada é publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

3 - O presente despacho produz efeitos a 18 de maio de 2015.

5 de maio de 2015. — O Ministro da Educação e Ciência, *Numo Paulo de Sousa Arrobas Crato*.

Síntese Curricular

Nome: Ângela Maria Roque de Matos Noiva Gonçalves.
Habilitações literárias:

Licenciatura em Política Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade de Lisboa, 1989;

Parte escolar do curso de mestrado em Sociologia pelo mesmo Instituto, 1993.

Experiência profissional:

De agosto de 2007 até à presente data - administradora do Instituto Politécnico de Setúbal, com as funções de gestão corrente e coordenação dos serviços, com supervisão direta das Divisões de Recursos Humanos, Financeira e Académica, Núcleo Jurídico e Núcleo de Apoio aos Órgãos de Governo, Expediente e Apoio Geral; desenho e implementação da nova orgânica do IPS, com centralização dos serviços de recursos humanos, financeiros e académicos e elaboração dos diversos regulamentos de suporte; presidente e vogal em júris de pessoal dirigente e outras carreiras; apresentação de várias comunicações na área do SIADAP e legislação laboral; membro de vários grupos de trabalho; presidente de várias comissões eleitorais; membro do Conselho Administrativo / Gestão do IPS, do Conselho Coordenador de Avaliação e do Comité de Direção do Sistema Integrado de Gestão e membro e secretária da antiga Comissão Permanente e Conselho Geral do IPS.

De julho de 1997 a julho de 2007 - administradora para a Ação Social do Instituto Politécnico de Setúbal, com as funções de instalar e assegurar a gestão corrente dos serviços; representante do dono da obra na construção da 3ª fase de uma residência de estudantes, desde a fase de projeto à construção e equipamento; elaboração do programa preliminar para a construção da uma unidade alimentar, aprovado pela MCES, com supervisão da elaboração do projeto de arquitetura; presidente e vogal em júris de pessoal, aquisição de bens e serviços e empreitadas; apresentação de várias comunicações na área do SIADAP; membro de vários grupos de trabalho; membro do Conselho de Ação Social do IPS, do Conselho Administrativo dos SAS/IPS, do Conselho Coordenador de Avaliação e membro convidado da Comissão Permanente e do Conselho Geral do IPS.

Ingresso na carreira de técnico superior em setembro de 1990.

Formação profissional:

Curso de gestão estratégica para dirigentes, IPS, 70 horas, 2015
Curso de formação de atualização de dirigentes, INA, 70 horas, 2012
Curso avançado de gestão pública (CAGEP), INA, 50 horas, 2007
Seminário de Alta Direção, INA, 35 horas, 2004

Frequências de outras ações de formação nas áreas dos recursos humanos e legislação laboral na administração pública, contratação pública de bens, serviços e empreitadas, sistema de controlo interno, prevenção da corrupção, responsabilidade financeira, entre outras.

208619295

Despacho n.º 5192/2015

1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, faço cessar, a seu pedido, a designação em regime de substituição do licenciado Afonso Carlos da Silva Costa no cargo de subdiretor-geral da Direção-Geral do Ensino Superior, para o qual foi designado pelo meu Despacho n.º 3982/2012, de 3 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 56, de 19 de março.

2 — O presente despacho produz efeitos a 17 de maio de 2015.

5 de maio de 2015. — O Ministro da Educação e Ciência, *Numo Paulo de Sousa Arrobas Crato*.

208618614

Direção-Geral da Administração Escolar

Despacho n.º 5193/2015

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de agosto, e do Despacho conjunto n.º 74/2002, de 27 de dezembro, publicado no *Diário da República* (2.ª série), de 26 de janeiro de 2002, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas no referido decreto-lei, à professora a seguir indicada, que concluiu o Curso de Qualificação em Ciências da Educação, da Universidade Aberta.

A docente está dispensada da realização do 2.º ano da profissionalização, ao abrigo do n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de